ano 10 – n. 19 | janeiro/junho – 2021 Belo Horizonte | p. 1-296 | ISSN 2238-1511 R. bras. de Infraestrutura – RBINF

# Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

# RBINF



## Sumário

### **DOUTRINA**

#### ARTIGOS

Teor	ria da ponderação, fórmula do peso e pandemia da covid-19	
Rica	rdo Marcondes Martins	11
1 2 3 4 5 6 7 8 9	Breve introdução Conflito de princípios constitucionais e coronavírus Ponderação, fórmula do peso e quarentena Empate ponderativo: discricionariedade Pesos abstratos. Lei da ponderação epistêmica e equação da certeza. Restrições de direito fundamental e pandemia. Razões <i>prima facie</i> próprias da realidade brasileira Conclusões Referências.	11 14 16 18 19 21 24 26 29 31
_	itimação fundiária e legitimação de posse: polêmicas sobre os institutos egularização fundiária regulados pela Lei nº 13.465/2017	
Alex	andre Levin	35
1 2	Notas introdutórias Vantagens do processo de regularização fundiária em relação a outras políticas habitacionais	36 37
3	Regularização fundiária como diretriz de política urbana	38 40 42
5 6 7	Modalidades de regularização fundiária na Lei nº 13.465/2017	42 44 45
8 9 10	Legitimação fundiária na Lei nº 13.465/2017	46
11 12 13	legitimação fundiária	49 51 53 54
14 15 16	Legitimação de posse na Lei nº 13.465/2017	57 61 62
	Referências	64

	structuras públicas – especial referencia a la legislación uruguaya participación público-privada	
	o Durán Martínez	67
1	Noción de infraestructura pública	67
2	Características, tipos e importancia de las infraestructuras públicas	69
3	Infraestructuras públicas y derecho de la competencia	71
4	Infraestructuras públicas y participación público-privada	76
	Referencias	85
Carboi	n Capture and Storage: a importância das tecnologias para contratos	
	or de energia	
	Moreira Lima Mendes Musarra	89
Novos	desafios à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema	
	nal de Gerenciamento de Recursos Hídricos	
	Moreira Lima Mendes Musarra, Renata Miranda Lima	97
Naissa		
	Referências	115
Contro	tação do comiseo tácnicos conocializados o dono in religio	
	itação de serviços técnicos especializados e dano <i>in re ipsa</i>	447
Ciovis	Beznos	117
	mplementar nº 173/2020 – breve análise	
Ivan Ba	arbosa Rigolin	121
1	Primeira parte	121
2	Segunda parte	129
	sociações empresariais e o Marco Regulatório das Organizações da	
	lade Civil	
Luís Ri	cardo de Stacchini Trezza	141
1	Introdução	141
2	Atuação dos particulares junto à Administração Pública para a realização de	
	objetivos públicos	145
3	Os requisitos das parcerias no MROSC e as associações empresariais	148
4	O fomento estatal no contexto da Lei nº 13.019/2014 e as associações empresariais	155
5	Conclusões	160
5	Referências	165
	7.0101010100	100
Conve	rsão de ato administrativo	
	me de Carvalho-Ribas	167
1	Introdução	167
2	Imprecisão dos conceitos "nulo" e "anulável"	168
2.1	Invalidade do ato administrativo	169
3	A conversão do ato administrativo	172
3.1	Supostas modalidades de conversão	173
3.2	Diferença entre conversão e os demais meios de correção	175
4	Controle jurisdicional dos atos administrativos	177
5	Impossibilidade de conversão pelo Poder Legislativo	178

6	Conclusão	179 180
	nplicações e consequências jurídicas da Lei de Improbidade	
	nistrativa nº 8.429/1992: uma análise aprofundada sobre este	
	cuto jurídico anticorrupção	
Nadia	a Cristina Batista	183
1	Introdução	183
2	Improbidade administrativa: conceito	185
2.1	Sujeito ativo	188
2.2	Sujeito passivo	189
3	Atos de improbidade	190
3.1	Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito	191
3.2	Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	192
3.3	Atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação	
	indevida de benefício financeiro ou tributário	194
3.4	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração	
	Pública	195
4	Sanções aplicáveis	196
5	Declaração de bens	199
6	Ação judicial de improbidade: competência e prescrição	199
7	Lei Anticorrupção: responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a	203
8	Administração Pública	203
0	ConclusãoReferências	210
	Referencias	210
A ros	alidade prática da prorrogação dos contratos administrativos essenciais	
	nidade pratica da prorrogação dos contratos administrativos essenciais ntínuos	
		040
Grazi	ella Oliveira Tannus	213
1	Introdução	213
2	Contratos administrativos: conceito	214
3	Considerações acerca das prorrogações dos contratos administrativos	216
3.1	Dos contratos administrativos essenciais e contínuos	218
3.2	Das prorrogações dos contratos administrativos essenciais para a contratada/	
0.0	licitante	220
3.3	Reflexões sobre as diversas possibilidades de prorrogação contratual de acordo	000
4	com o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93	222
4	Considerações finais	226
	Referências	227
0		
	ronavírus e os contratos de emergência	
Ivan I	Barbosa Rigolin	229
Os ca	argos em comissão na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado	
	ão Paulo (TCESP)	
	o Corrêa de Toledo Junior	237
1	Apresentação	237
2	Os comissionados das câmaras paulistas de vereadores	239
3	As orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)	241

4 5	As orientações do Supremo Tribunal Federal (STF)	242 243	
5	Conclusati	243	
lesivo	onsabilização judicial das pessoas jurídicas pela prática de atos s à Administração Pública na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13 e to nº 8.420/15)		
Flávia	Flávia Sundfeld		
1 2 2.1	Introdução	245 247 247	
2.2	Administração Pública, nacional ou estrangeira	248 249	
4 5 5.1	Responsabilidade administrativa	<ul><li>250</li><li>252</li><li>253</li></ul>	
6	Conclusão	255 256	
possil media	ne jurídico das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo e a pilidade de aquisições paralelas de medicamentos estratégicos ante licitação		
Guiller	mo Glassman	259	
1 2 3	Quesitos apresentados à apreciação Análise Conclusão	259 260 270	
	er: concursos públicos. Procedimento. Prazo de vigência. Autonomia esitária		
Lucas	Soares de Oliveira	273	
1 2 3	A consulta	273 275 291	
Instruç	ções para os autores	295	